

FUNCIONALISMO

Apertem os cintos... para viajar

Dois ministros e um secretário especial estão entre os que mais gastaram com passagens e diárias em 2021. Despesa cresceu 35%

» ROSANA HESSEL

Em meio à polêmica provocada pelo decreto do presidente Jair Bolsonaro (PL) que liberou a classe executiva para ministros e servidores em viagem, dados do Portal da Transparência, da Controladoria-Geral da União (CGU), mostram que essa despesa voltou a crescer. Em 2021, os gastos da União com diárias e passagens subiram 35,18%. O avanço ocorre após o recuo de 58%, em 2020, devido à crise provocada pela pandemia da covid-19.

As despesas com diárias e hospedagens de funcionários federais somaram R\$ 733,3 milhões no ano passado. Em 2020, os gastos foram de R\$ 542,6 milhões e, em 2019, de R\$ 1,3 bilhão. As viagens domésticas responderam por 91% dos gastos totais; os 9% restantes foram com as internacionais.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) liderou o volume de gastos com viagens em 2021, respondendo por 50,75% do total. A pasta desembolsou R\$ 299 milhões, volume 3,3 vezes superior ao do segundo ministério mais gastador, a Defesa, que respondeu por R\$ 89,5 milhões.

Procurado, o MJSP informou que 96,49% desses gastos correspondem ao deslocamento do pessoal de segurança pública, como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional. “Investimentos em viagens vão desde o deslocamento em ações policiais até práticas administrativas e técnico-periciais, conforme previsto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública, que possibilita a atuação integrada dos órgãos, em apoio aos estados e ao Distrito Federal”, informou a pasta.

A lista dos 20 servidores que mais gastaram com viagens em 2021 tem dois ministros e um secretário especial do Ministério da Economia. O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, foi o campeão de gastos em 2021, totalizando R\$ 279,8 mil em despesas com deslocamentos ao exterior. Procurada, a pasta não comentou o assunto até o fechamento desta edição.

Em segundo lugar no ranking ficou o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, com gasto total de R\$ 258,5 mil nos deslocamentos ao exterior. Ele também tem presença no Top 10 de viagens nacionais. Procurada, a pasta informou que o

ministério cuida de vários assuntos essenciais para a economia, tem muitas empresas e órgãos vinculados, e o ministro acaba tendo que viajar bastante para acompanhar obras e outros compromissos que o cargo exige. “A alta direção do ministério precisa estar atuando, supervisionando ou conduzindo iniciativas de toda ordem, muitas delas, de forma presencial”, informou.

Agendas

O terceiro lugar da listagem ficou com o assessor do Ministério das Comunicações Cleverton Oliveira Silva. A pasta informou que o funcionário é fotógrafo e viaja com o ministro Fábio Faria para registrar as agendas e compromissos. “Ele é o único funcionário da equipe da Assessoria Especial de Comunicação do ministério a acompanhar o ministro em todas as viagens.”

Nos deslocamentos nacionais, o destaque ficou com o Ministério da Educação, que, respondendo por pouco mais de 4% dos gastos totais em 2021 (R\$ 22,4 milhões), tem o diretor da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Paulo Cesar Fagundes Neves, no topo da lista dos 10 servidores que mais gastaram no deslocamento doméstico. Ele recebeu R\$ 150,1 mil em pagamentos por viagens. Procurada, a pasta não comentou o assunto.

O secretário especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre da Costa, ocupa a quinta colocação da lista das viagens nacionais. Da Costa informou que as viagens estão relacionadas ao compromisso de campanha do governo, de “Mais Brasil, menos Brasília”. “Temos feito, desde o início do governo, a ‘Mobilização pela Produtividade e Emprego’, em que reunimos em cada estado todo o setor produtivo com lideranças políticas, governamentais e associativas, para promovermos mudanças no nível subnacional”, explicou.

O secretário-geral da Organização Contas Abertas, Gil Castello Branco, lamentou o retrocesso do governo em permitir viagens executivas para servidores, porque vai na contramão da austeridade fiscal. “Em um momento em que a pandemia está recrudescendo, a situação econômica não é favorável, e as contas públicas estão se deteriorando, o presidente parece preocupado apenas com a cúpula do funcionalismo”, disse. Além disso, muita coisa pode ser feita on-line.

Ed Alves/CB/D.A Press



Ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, é o campeão das visitas ao exterior: gastos de R\$ 279,8 mil em 2021

Veja a lista dos servidores que mais gastaram com viagens no ano passado

Viagens nacionais			Viagens internacionais		
	(em R\$ mil)			(em R\$ mil)	
Nome	Valor total das viagens	Valor recebido em diárias	Nome	Valor total das viagens	Valor recebido em diárias
Paulo Cesar Fagundes Neves	150,1	42,7	Marcos Rosas Degaut Pontes	279,8	154,0
Bento Costa Lima Albuquerque Júnior	149,0	20,7	Bento Costa Lima de Albuquerque Júnior	258,6	109,9
Raphael Camara Medeiros Parente	138,3	40,4	Cleverton da Silva Oliveira	238,8	112,4
Juliana Beatriz Pinheiro da Silva	130,4	122,0	José Ricardo de Meneses Rocha	189,4	100,7
Carlos Alexandre Da Costa	127,4	17,6	Vagner Piedade Garcia de Araújo	180,1	71,4
Robson Santos da Silva	119,1	30,4	Marcelo Paz Saraiva Câmara	172,5	101,9
Adriana Oliveira e Silva	114,7	28,1	Luciano Ferreira de Sousa	169,8	88,6
Cicero Fabríni Dias de Oliveira	112,7	85,4	Rafael Augusto Luisi de Oliveira	169,4	96,6
Emmanuelle Moreira Brasil	108,3	108,3	Bertha de Melo Gadelha Abreu	163,0	76,6
Pedro Ronald Maranhão Braga Borges	108,1	29,2	Maria Estella Dantas Anonichelli	162,7	85,6

Fonte: Portal da Transparência

STF alerta governo sobre reajustes

» JOÃO VÍTOR TAVAREZ*

O governo corre o risco de enfrentar uma enxurrada de ações judiciais se levar adiante a intenção de conceder reajustes salariais apenas a categorias específicas, como a de policiais. O alerta foi dado a autoridades do Executivo por integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF), consultados informalmente sobre o assunto.

A pressão dos servidores por reajustes vem se intensificando. Ontem, o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), se reuniram com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o tema. Isac Falcão, presidente da entidade, avaliou que o encontro foi “frustrante”.

“Não correspondeu às expectativas dos auditores fiscais, dada

a gravidade orçamentária da Receita Federal e à necessidade de resolução do problema do bônus de eficiência, que se arrasta há cinco anos sem regulamentação”, declarou Falcão.

“A gente esperava que fosse apresentada uma solução para a questão orçamentária da Receita. O ministro disse compreender o pleito, mas afirmou que não é o momento da solução dessas questões”, relatou o sindicalista. Pelo menos 46 categorias do setor público federal se organizam para suspender as atividades na próxima terça-feira, com possibilidade de nova movimentação em 25 e 26 de janeiro.

A expectativa é de que outras carreiras definam, até o fim de semana, se vão aderir ao protesto. A paralisação foi convocada pelo Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de

Estado), entidade que representa 37 carreiras em todos os Poderes, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal.

De acordo com o Fonacate, a lista de carreiras adequadas da paralisação é composta por servidores do Legislativo Federal, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Poder Judiciário, e de servidores representantes da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

“O Brasil tem 1,2 milhão de servidores públicos civis federais, ativos e aposentados. Praticamente todos estão representados pelas entidades que organizam as manifestações. Algumas entidades de classe já articularam entregas de cargo, como na Receita Federal, no Banco Central, na CVM, e entre analistas de planejamento e orçamento,

auditores do Tesouro Nacional”, disse o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

Inimigos

Em nota, o presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Hertz Leal, afirmou que a decisão do governo federal de conceder reajuste apenas aos policiais e outros agentes de segurança é inadmissível. “Um golpe final depois de tantos ataques que fizeram parte da estratégia do governo desde o início do mandato. Difícil entender por que a maioria dos servidores, concursados e dedicados a implementar políticas públicas, foram eleitos como inimigos”, diz o documento.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

CONJUNTURA

Serviços voltam a crescer, mas ômicron é ameaça

O setor de serviços, que representa mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB), voltou a crescer em novembro, ano, após duas quedas consecutivas, segundo informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O aumento de 2,4% ficou acima das expectativas do mercado, que esperava 0,2%, mas não empolgou os especialistas, porque se refere a um período anterior à chegada da variante ômicron ao país. A nova explosão de casos de covid-19 poderá ser um freio para o processo de recuperação que vinha ocorrendo.

Em receita, o crescimento do segmento foi de 1,9%. A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, ainda apontou crescimento de 10%, em volume, e de 15,5%, em receita, na comparação com o mesmo mês de 2020. No acumulado do ano, o volume registrou aumento de 10,9% e, em 12 meses até novembro, avançou 9,5% — a maior variação para o período desde o início da série, iniciada em 2012.

Com o resultado de novembro,

o setor ficou 4,5% acima do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020, retornando ao mesmo nível de dezembro de 2015, quando o PIB brasileiro encolheu 3,5%. Contudo, essa recuperação continua desigual e nem todos os setores estão comemorando.

A PMS registrou crescimento em quatro das cinco áreas pesquisadas, mas três delas ainda não retornaram ao patamar pré-crise. O segmento de serviços prestados às famílias, que inclui bares, restaurantes e hospedagem e é o que mais emprega, está 11,8% abaixo do nível de fevereiro de 2020. O segmento de serviços profissionais e administrativos ainda precisa crescer 4,2% para voltar ao patamar pré-crise. Para o ramo de outros serviços recuperar o nível de fevereiro de 2020, falta crescer 2,5%. Enquanto isso, as atividades de serviços de informação e comunicação e o de transportes estão 13,7% e 7,2%, respectivamente, acima do nível pré-pandemia.

“Os dados apresentavam um pouco de recuperação do setor

Minervino Junior/CB/D.A Press



Setor de transporte aéreo ainda não voltou ao nível pré-pandemia

de serviços, mas ela continua desigual. E, agora, com a ômicron e o surto de gripe, justamente o segmento mais atingido, o de serviços prestados às famílias, pode demorar muito mais para se recuperar para o período pré-pandemia, porque deve continuar sendo um dos mais afetados”, alertou Mayara Santiago, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Os técnicos do instituto estão fazendo ajustes nas projeções, mas mantiveram em 0,6%

a previsão de crescimento do PIB no quarto trimestre.

A analista lembrou que, apesar do segmento de transportes estar acima do nível pré-pandemia, o setor aéreo ainda está 16,5% abaixo do nível pré-pandemia, especialmente devido ao aumento no número de voos cancelados por conta da contaminação de tripulantes. “O estado de alerta em relação à ômicron pode ter um impacto menor no setor aéreo em dezembro e maior neste início de ano”, acrescentou Santiago. (RH)

Seca gera perdas na lavoura

» TAÍSA MEDEIROS

A seca, agravada pelas ondas de calor no Sul e no Centro-Oeste brasileiros acarretaram perdas significativas para o agronegócio. Os prejuízos nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, se somados, chegam a R\$ 45,3 bilhões. A situação contrasta com as centenas de cidades de Minas Gerais e Goiás que enfrentam perdas por conta das enchentes e inundações.

As culturas mais atingidas são justamente as dos principais grãos exportados pelo país: soja e milho. Somente para os produtores gaúchos, as perdas podem ultrapassar R\$ 19,7 bilhões, segundo estudo da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul (Feco-Agro). O prejuízo no estado do Paraná é calculado em R\$ 22,5 bilhões, enquanto Santa Catarina já perdeu R\$ 1,5 bilhão. Em Mato Grosso do Sul, apenas a quebra na soja já custou R\$ 1,6 bilhão.

A estiagem no Rio Grande do Sul fez com que um em cada cinco municípios decretasse

situação de emergência, totalizando 200 cidades com este quadro. Já em Mato Grosso do Sul são 79 os municípios que decretaram estado de emergência, segundo a Defesa Civil.

Um pedido de ajuda foi encaminhado ao governo federal pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs). Entre as solicitações, estão crédito emergencial sem juros, flexibilização de garantias e ampliação automática do vencimento das operações vencidas por 180 dias. As medidas visam ao curto prazo, devido ao impacto das perdas das lavouras para o sustento dos agricultores.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, esteve no Rio Grande do Sul na quarta-feira para verificar os prejuízos. Hoje, ela estará em Santa Catarina, estado que também sofre com o baixo volume de chuvas. Para uma média esperada de 150 milímetros, desde o início de janeiro, foram registrados apenas 46 mm de chuva. Nove estações hidrológicas estão em situação de emergência.